

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Santo Afonso Energética S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Santo Afonso Energética S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santo Afonso Energética S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Santo Afonso Energética S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.864	511	108.814	69.375
Contas a receber	5	21.009	-	97.030	12.410
Partes relacionadas	23	8.500	-	-	-
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	7	-	-	104	490
Dividendos a receber	23	606	-	-	-
Despesas antecipadas		-	-	1.275	309
Adiantamentos a fornecedores		104	103	4.432	166
Contas a receber - venda de participação	6	7.579	7.070	7.579	7.070
Estoques		-	-	717	717
Impostos a recuperar		776	2.198	1.221	2.898
Outras contas a receber		-	-	57	1.449
		91.438	9.882	221.229	94.884
Não circulante					
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	7	-	-	15.696	14.471
Contas a receber - venda de participação	6	13.734	22.918	13.734	22.918
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	1.400	-	-	-
Depósitos judiciais		-	-	94	-
Investimento	8	813.143	837.110	-	-
Imobilizado	9	-	-	1.262.366	1.323.175
Ativo de direito de uso	10	-	-	22.072	22.808
		828.277	860.028	1.313.962	1.383.372
Total do Ativo		919.715	869.910	1.535.191	1.478.256

Santo Afonso Energética S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	11	85.869	9.061	132.700	59.203
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	14.720	44.722
Impostos e contribuições a recolher		159	2.349	5.139	7.280
Dividendos a pagar	23	1.849	82	1.849	82
Arrendamento	10	-	-	2.209	2.258
Outras contas a pagar		-	-	152	77
		87.877	11.492	156.769	113.622
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	485.261	443.677
Arrendamento	10	-	-	22.841	23.521
Provisão para desmobilização	14	-	-	11.008	10.123
		-	-	519.110	477.321
Patrimônio líquido					
Capital social	15	826.875	866.308	826.875	866.308
Reservas de lucros		4.963	-	4.963	-
Prejuízos acumulados		-	(7.890)	-	(7.890)
		831.838	858.418	831.838	858.418
Participação de acionistas não controladores	16	-	-	27.474	28.895
Total do patrimônio líquido		831.838	858.418	859.312	887.313
Total do passivo e do patrimônio líquido		919.715	869.910	1.535.191	1.478.256

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	17	-	-	157.515	104.399
Custo de geração de energia	18	-	-	(95.392)	(84.510)
Lucro bruto		-	-	62.123	19.889
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	18	(215)	(221)	(3.748)	(2.087)
Resultado com equivalência patrimonial	8	6.440	(12.723)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(4.240)	37	(3.515)	(567)
		1.985	(12.907)	(7.263)	(2.654)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro					
		1.985	(12.907)	54.860	17.235
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	5.112	7.719	11.765	23.460
Despesas financeiras	20	(254)	(645)	(53.114)	(38.054)
		4.858	7.074	(41.349)	(14.594)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social					
		6.843	(5.833)	13.511	2.641
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(113)	(2.319)	(7.502)	(10.898)
		(113)	(2.319)	(7.502)	(10.898)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício					
		6.730	(8.152)	6.009	(8.257)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		6.730	(8.152)	6.730	(8.152)
Acionistas não controladores		-	-	(721)	(105)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	6.730	(8.152)	6.009	(8.257)
Total dos resultados abrangentes do exercício	6.730	(8.152)	6.009	(8.257)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	6.730	(8.152)	6.730	(8.152)
Acionistas não controladores	-	-	(721)	(105)

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reserva de lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Recursos destinados a aumento de capital	Participa- ção de não con- troladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros					
Em 31 de dezembro de 2022		1.089.301	-	258	-	1.089.559	-	29.000	1.118.559
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	150	-	150
Aumento de capital via capitalização do AFAC	15.a	150	-	-	-	150	(150)	-	-
Aumento de capital	15.a	20.946	-	-	-	20.946	-	-	20.946
Redução de capital	15.a	(244.089)	-	-	-	(244.089)	-	-	(244.089)
Lucro líquido do exercício	15.b	-	-	-	(8.152)	(8.152)	-	(105)	(8.257)
Absorção de prejuízos		-	-	(258)	262	4	-	-	4
Em 31 de dezembro de 2023	15.a	866.308	-	-	(7.890)	858.418	-	28.895	887.313
Redução de capital	15.a	(31.543)	-	-	-	(31.543)	-	-	(31.543)
Redução de capital para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(700)	(700)
Absorção de prejuízos	15.a/c	(7.890)	-	-	7.890	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	15.b	-	-	-	6.730	6.730	-	(721)	6.009
Destinação do resultado:									
Constituição de reserva legal	15.b	-	337	-	(337)	-	-	-	-
Constituição de dividendo mínimo	15.b	-	-	-	(1.767)	(1.767)	-	-	(1.767)
Constituição de reserva de lucros	15.b	-	-	4.626	(4.626)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	15.a	826.875	337	4.626	-	831.838	-	27.474	859.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Santo Afonso Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		6.843	(5.833)	13.511	2.641
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais					
Depreciação de ativo de direito de uso	10 e 18	-	-	673	955
Juros sobre arrendamento	10 e 20	-	-	1.866	2.010
Baixas de ativo imobilizado	9	-	-	32	5.354
Depreciação de ativo imobilizado	9 e 18	-	-	65.037	49.184
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12 e 20	-	159	45.363	31.107
Atualização monetária - venda de participação	5	1.096	(6.205)	1.096	(6.205)
Resultado de equivalência patrimonial	8	6.440	12.723	-	-
Atualização de provisão para desmobilização	14 e 20	-	-	885	588
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		(33.888)	43.496	(84.620)	(12.102)
Adiantamentos a fornecedores		(1)	(15)	(4.266)	1.416
Impostos a recuperar		1.422	(2.197)	1.677	(2.856)
Estoque		-	-	-	(717)
Despesas antecipadas		-	-	(966)	(309)
Depósitos judiciais		-	-	(94)	-
Outros		-	-	1.392	(1.449)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		76.808	8.941	73.497	3.945
Impostos e contribuições a recolher		(1.598)	1.751	(2.097)	(6.564)
Outros		-	-	75	77
(-) Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(705)	(2.388)	(7.546)	(6.640)
(-) Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	-	-	(23.230)	-
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		56.417	50.432	82.285	60.435
Atividades de investimento					
Depósitos restituíveis (caixa restrito)		-	-	(839)	(11.061)
Liberação de recursos para partes relacionadas		-	(4.020)	-	-
Recebimento de principal - operação de mútuo		-	29.825	-	-
Redução de capital em investidas	8	21.300	187.041	-	-
Ajuste de participação dos não controladores		-	(37)	-	(37)
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados em investidas		(1.400)	-	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	9	-	-	(4.260)	(101.856)
Recebimento da venda de JUBA19 e JUBA 20	6	7.579	6.625	7.579	6.625
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		27.479	219.434	2.480	(106.329)
Atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	318.374
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	-	(26.911)	(10.551)	(26.911)
Pagamento de arrendamento	10	-	-	(2.532)	(2.258)
Aumento de capital social	15	-	150	-	150
Redução de capital	15	(31.543)	(244.089)	(32.243)	(244.089)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(31.543)	(270.850)	(45.326)	45.266
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa					
		52.353	(984)	39.439	(628)
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		511	1.495	69.375	70.003
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		52.864	511	108.814	69.375
Variação de caixa e equivalentes de caixa		52.353	(984)	39.439	(628)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santo Afonso Energética S.A. (“Companhia” ou “Afonso”) é uma Companhia anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Seu objetivo é a participação na Janaúba XV, Janaúba XVI, Janaúba XVII, Janaúba XVIII, Janaúba XIX e Janaúba XX, as quais possuem como objeto a implantação e a exploração da Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XV (UFV Janaúba 15), Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XVI (UFV Janaúba 16), Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XVII (UFV Janaúba 17), Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XVIII (UFV Janaúba 18), Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XIX, (UFV Janaúba 19) e da Central Geradora Fotovoltaica – UFV Janaúba XX, (UFV Janaúba 20). Possui como objeto social, além da referida participação em outras Companhias, também a comercialização de energia elétrica, inclusive na modalidade varejista, e/ou créditos de carbono.

UFV	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Janaúba XV	50	8479/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XVI	50	8480/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XVII	50	8481/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XVIII	50	8482/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XIX	50	8483/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG
Janaúba XX	50	8484/2019	Dezembro de 2054	Janaúba - MG

Em 27 de julho de 2020, a potência instalada da UFV Janaúba XV a XX foram alteradas de 49.110 kW para 50.000 kW, através dos Despachos nº 2199/2020 a nº 2204/2020, conseqüentemente.

Em 03 de outubro de 2022, foi publicado o Despacho nº 2.832, que aprova a alteração de características técnicas das UFVs Janaúba XIX e XX.

Em 12 de dezembro de 2022, foram publicadas as Portarias nº 1.844/2022, nº 1.845/2022, nº 1.846/2022, nº 1.847/2022, nº 1.848/2022, respectivamente, que aprova como prioritário, o projeto das UFVs Janaúba 15 a 20.

Em 10 de fevereiro de 2023, foi publicada a Portaria nº 1.884/2023, que define os montantes de Garantia Física de energia das Usinas UFVs Janaúba 15 a 20.

Em 28 de fevereiro de 2023, foi publicado o Despacho nº 525/2023, que libera a UFV Janaúba 15 para Operação Comercial, a partir de 28 de fevereiro de 2023.

Em 28 de fevereiro de 2023, foi publicado o Despacho ANEEL nº 526/2023, que libera a UFV Janaúba 17, para entrada em Operação Comercial.

Em 10 de março de 2023, foi publicado o Despacho ANEEL nº 633/2023, que libera a UFV Janaúba 16, para entrada em Operação Comercial.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 24 de março de 2023, foi publicado o Despacho ANEEL nº 793/2023, que libera a UFV Janaúba 19, para entrada em Operação Comercial.

Em 20 de abril de 2023, foi publicado o Despacho ANEEL nº 1.065/2023, que libera a UFV Janaúba 20, para entrada em Operação Comercial.

Em 31 de maio de 2023, foi publicado o Despacho ANEEL nº 1.599/2023, que libera a UFV Janaúba 18, para entrada em Operação Comercial.

As controladas da Companhia possuem contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

Cliente	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Consumidor livre	01/03/2023	28/02/2043
Comercializadoras de energia	01/07/2023	30/06/2043

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Venda de participação de Janaúba 19 e Janaúba 20:

Em 26 de dezembro de 2022 foi concluída a venda de parte da participação societária de Janaúba XIX e Janaúba XX pertencente a Santo Afonso. Desta forma, a partir desta data, 10% de participação societária de cada empresa pertence a um terceiro. O preço de aquisição da operação foi de R\$14.500 para Janaúba XIX e R\$14.500 para Janaúba XX.

O valor da venda será liquidado em 60 parcelas mensais e atualizado mensalmente por IPCA, acrescido de spread de 12% a.a.

O contrato de compra e venda ocasiona uma participação de 10% no investimento de cada entidade, e a participação remanescente de 90% na Janaúba XIX e Janaúba XX pertence a Afonso.

Considerando o acordo de acionistas, o controle das investidas continua a pertencer a Afonso. A transação de venda de participação a acionista não controlador não configurou perda de controle e não gerou reconhecimento de ganho ou perda em transação de capital entre sócios.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Capital Circulante Líquido (“CCL”) positivo na controladora de R\$3.561 (R\$1.610 negativo em 31 de dezembro de 2023), e consolidado positivo de R\$64.460 (R\$18.738 negativo em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente da rubrica de contas a pagar na controladora e no consolidado, que em 2023 tinha o saldo de R\$9.061 na controladora, e R\$59.203 no consolidado. Em 2024, a Companhia apresentou lucro líquido do exercício de R\$6.730 (R\$8.152 de prejuízo em 2023) na controladora, e apresentou fluxo de caixa líquido consolidado positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$82.285 (R\$60.435 positivo em 2023).

Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 25 de abril de 2025.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de consolidação das demonstrações financeiras

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controlada direta	Percentual de participação	
	2024	2023
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	100%	100%
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	100%	100%
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	100%	100%
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	100%	100%
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	90%	90%
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	90%	90%

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 9);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 10);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Provisão para demandas judiciais (nota 13); e
- Provisão para desmobilização de ativos (nota 14).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos restituíveis (caixa restrito), partes relacionadas e dividendos a receber.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, partes relacionadas e dividendos a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, dividendos a pagar, arrendamento e empréstimos e financiamentos.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 9 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 9.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Provisões--Continuação

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

(b) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização/desmantelamento de ativos do parque solar considera que a entidade assumiu obrigação de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde está instalado. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8 Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação

Exceto para Companhia e as controladas JUBA e AFONSO, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido, facultado pela legislação tributária às companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

A receita proveniente de contratos de auto-produção é reconhecida na realização dos termos dos contratos de arrendamento de equipamentos e de terrenos necessários para a operação dos clientes auto-produtores. A receita dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Essas receitas correspondem aos custos de arrendamento de terrenos e de gestão de operação e manutenção, adicionados de uma margem bruta residual.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	92	511	837	13.831
Aplicações financeiras (*)	52.772	-	107.977	55.544
Total	52.864	511	108.814	69.375

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

As aplicações financeiras (equivalentes de caixa) estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Banco BTG Pactual	Fundo DI	CDI	36.348	-	64.426	55.544
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	16.424	-	43.551	-
			52.772	-	107.977	55.544

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber – Auto produção	19.785	-	85.051	4.753
Venda de energia	-	-	2.191	-
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	1.224	-	2.560	358
Contas a receber – partes relacionadas (nota 23)	-	-	7.228	7.299
	21.009	-	97.030	12.410

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo a vencer	21.009	-	97.030	12.289
Saldo vencido até 30 dias	-	-	-	121
Total	21.009	-	97.030	12.410

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber - venda de participação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Venda de participação – Curto prazo	7.579	7.070	7.579	7.070
Venda de participação – Longo prazo	13.734	22.918	13.734	22.918
	21.313	29.988	21.313	29.988

Segue a movimentação do saldo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	29.988	30.408	29.988	30.408
Atualização monetária (nota 20)	3.138	6.205	3.138	6.205
Estorno atualização monetária (nota 19) (*)	(4.234)	-	(4.234)	-
Recebimento	(7.579)	(6.625)	(7.579)	(6.625)
Saldo final	21.313	29.988	21.313	29.988

(*) Durante o exercício de 2024 foi realizado uma reversão do saldo provisionado referente atualização do contas a receber.

7. Depósitos restituíveis (caixa restrito)

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis (caixa restrito) a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2024	2023
Banco Bradesco S.A.	Conta Corrente (Curto prazo)	CDI	104	490
			104	490

A Companhia possui saldo em conta corrente referente aos eventos financeiros apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Os agentes que apresentam posição devedora na contabilização precisam depositar Garantias Financeiras na conta de custódia mantida no Bradesco Trianon. Após a contabilização final do consumo de energia, ocorre a liquidação financeira de Mercado de Curto Prazo (MCP) pelo Bradesco Trianon, que consiste no pagamento e recebimento dos débitos e créditos apurados pela CCEE.

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2024	2023
Banco do Nordeste	Fundo DI (Longo prazo)	DI	15.696	14.471
			15.696	14.471

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Nordeste (BNB), referente à manutenção do fundo de liquidez em conta reserva, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

Controlada	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	100%	100%	147.195	150.580	616	(2.418)	147.196	150.580	616	(2.418)
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	100%	100%	140.150	141.973	4.523	(3.068)	140.150	141.973	4523	(3.068)
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	100%	100%	133.619	138.338	3.844	(3.577)	133.619	138.338	3844	(3.576)
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	100%	100%	144.842	146.166	3.874	(3.043)	144.842	146.166	3874	(3.043)
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	90%	90%	137.150	143.981	(3.331)	(851)	123.472	129.583	(2.961)	(766)
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	90%	90%	137.585	144.968	(3.883)	166	123.864	130.470	(3.456)	148
Total					5.643	(12.791)	813.143	837.110	6.440	(12.723)

Controlada	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Redução de capital (*)	Saldo em 2024
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	150.580	616	-	(4.000)	147.196
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	141.973	4.523	(346)	(6.000)	140.150
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	138.338	3.844	(63)	(8.500)	133.619
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	146.166	3.874	(198)	(5.000)	144.842
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	129.583	(2.961)	-	(3.150)	123.472
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	130.470	(3.456)	-	(3.150)	123.864
Total	837.110	6.440	(607)	(29.800)	813.143

(*) Montante com impacto de redução de capital em investidas é de R\$21.300, sendo que há um montante de R\$8.500 no ativo de partes relacionadas (nota 23) como redução de capital a receber.

Controlada	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Integralização de capital	Redução de capital	Saldo em 2023
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	219.661	(2.418)	5.237	(71.900)	150.580
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	180.538	(3.068)	5.237	(40.734)	141.973
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	178.289	(3.576)	5.237	(41.612)	138.338
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	176.766	(3.043)	5.238	(32.795)	146.166
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	130.349	(766)	-	-	129.583
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	130.322	148	-	-	130.470
Total	1.015.888	(12.723)	20.949	(187.041)	837.110

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

As principais informações sobre as controladas estão demonstradas abaixo:

	2024				2023			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	251.564	104.368	147.195	616	242.117	91.537	150.580	(2.418)
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	241.249	101.099	140.150	4.523	239.095	97.122	141.973	(3.068)
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	237.187	103.568	133.619	3.844	237.176	98.838	138.338	(3.577)
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	245.445	100.603	144.842	3.950	240.338	94.172	146.166	(3.043)
Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.	232.513	95.363	137.150	(3.331)	239.633	95.652	143.981	(851)
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	238.532	100.947	137.585	(3.883)	247.097	102.129	144.968	166
			<u>5.719</u>				<u>(12.791)</u>	^(*)

(*) O efeito total para o saldo de equivalência patrimonial considera também o resultado das entidades divulgadas na nota 16. Para as entidades Janaúba XIX e XX o resultado de equivalência patrimonial é de 90% do investimento.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Provisão para desmobilização	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Total
31 de dezembro de 2022	-	-	-	1.238.194	1.238.194
Adições	-	9.535	534	101.322	111.391
Baixas	-	-	-	(5.354)	(5.354)
Adição por capitalização de juros	-	-	-	28.128	28.128
Transferências	1.362.258	-	-	(1.362.258)	-
31 de dezembro de 2023	1.362.258	9.535	534	32	1.372.359
Adições	-	-	170	4.090	4.260
Baixas	-	-	(32)	-	(32)
Transferências	(17)	-	728	(711)	-
31 de dezembro de 2024	1.362.241	9.535	1.400	3.411	1.376.587
31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-
Adições de depreciações	(48.960)	(224)	-	-	(49.184)
31 de dezembro de 2023	(48.960)	(224)	-	-	(49.184)
Adições de depreciações	(64.737)	(300)	-	-	(65.037)
31 de dezembro de 2024	(113.697)	(524)	-	-	(114.221)
Total em 31 de dezembro de 2023	1.313.298	9.311	534	32	1.323.175
Total em 31 de dezembro de 2024	1.248.544	9.011	1.400	3.411	1.262.366

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2024 e 2023 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas (autorização de operação) de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual, e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A Companhia para seu ativo imobilizado adotada como referência as informações do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A composição do Ativos de direito de uso é como segue:

<u>Custo</u>	<u>Consolidado</u> <u>Terrenos</u>
31 de dezembro de 2022	33.725
Baixas (remensuração)	(8.213)
31 de dezembro de 2023	25.512
Baixas (remensuração)	(63)
31 de dezembro de 2024	25.449
<u>Amortização</u>	
31 de dezembro de 2022	(1.749)
Adições de amortização	(955)
31 de dezembro de 2023	(2.704)
Adições de amortização	(673)
31 de dezembro de 2024	(3.377)
Total em 31 de dezembro de 2023	22.808
Total em 31 de dezembro de 2024	22.072

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo de direito de uso e Arrendamento--Continuação

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados as outorgas das controladas.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Valor nominal dos pagamentos futuros	66.753	69.349
Ajuste a valor presente	(41.703)	(43.570)
Total do arrendamento	25.050	25.779
Passivo circulante	2.209	2.258
Passivo não circulante	22.841	23.521

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	25.779	33.649
Baixas (remensuração)	(63)	(8.213)
Pagamento	(2.532)	(2.258)
Juros sobre arrendamento capitalizados	-	591
Juros sobre arrendamentos (nota 20)	1.866	2.010
Saldo final	25.050	25.779

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pelas Companhias para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2026	2.209
2027	2.209
2028	2.209
2029	2.209
A partir de 2030	14.005
	22.841

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compra de energia – MRE/CCEE(*)	31.299	-	36.806	535
Fornecedores	35.026	55	71.156	48.865
Seguros	-	-	411	342
Contas a pagar - partes relacionadas (nota 23)	19.544	9.006	24.327	9.461
	85.869	9.061	132.700	59.203

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Credor	Modalidade	Encargos	Entidade	Consolidado			
				2024		2023	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>							
Banco do Nordeste - BNB	Financiamento	IPCA + 5,39% a.a	Janaúba XV	2.518	82.453	7.697	74.252
Banco do Nordeste - BNB	Financiamento	IPCA + 5,39% a.a.	Janaúba XVI	2.462	81.911	7.236	74.119
Banco do Nordeste - BNB	Financiamento	IPCA + 5,39% a.a.	Janaúba XVII	2.542	81.965	7.428	74.089
Banco do Nordeste - BNB	Financiamento	IPCA + 5,39% a.a.	Janaúba XVIII	2.462	81.908	7.237	74.117
Banco do Nordeste - BNB	Financiamento	IPCA + 5,04% a.a.	Janaúba XIX	2.368	78.512	7.562	73.550
Banco do Nordeste - BNB	Financiamento	IPCA + 5,04% a.a.	Janaúba XX	2.368	78.512	7.562	73.550
Total				14.720	485.261	44.722	443.677

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	-	26.752	488.399	159.240
Captação	-	-	-	318.374
Juros provisionados (nota 20)	-	-	45.363	30.948
Juros capitalizados	-	-	-	6.589
Amortização - principal	-	(26.911)	(10.551)	(26.911)
Pagamento - juros	-	-	(23.230)	-
IOF (nota 20)	-	159	-	159
Saldo final	-	-	499.981	488.399

Santo Afonso Energética S.A.:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia liquidou a operação de mútuo realizada com a parte relacionada Rio Casca Energética S.A. sem juros e data de vencimento em 29 de dezembro de 2023.

Controladas:

Em 27 de maio de 2022 as Controladas “JUBA15”, “JUBA16”, “JUBA17” e “JUBA18” celebraram um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), ao custo de IPCA + 5,391% a.a., com desembolso realizado no exercício de 2023 tendo o vencimento previsto da última parcela para junho de 2045. O pagamento das parcelas, que englobam principal e juros, é feito mensalmente. Conforme previsto no contrato de financiamento, para garantir o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desse financiamento foi contratado fiança bancária, em adição às contas reservas do serviço da dívida, equivalente a 3,07% do montante total já desembolsado.

Não há *covenants* financeiros previstos nesse contrato, porém, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas.

Em 27 de janeiro de 2022, as Controladas “JUBA19” e “JUBA20” celebraram um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), ao custo de IPCA + 5,0441% a.a., tendo o vencimento previsto da última parcela para fevereiro de 2045. O pagamento das parcelas, que englobam principal e juros, é feito mensalmente. Conforme previsto no contrato de financiamento, para garantir o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desse financiamento foi contratado fiança bancária, em adição às contas reservas do serviço da dívida, equivalente a 2,74% do montante total já desembolsado.

Não há *covenants* financeiros previstos nesse contrato, porém, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2024, têm os seguintes vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2026	14.720
2027	14.977
2028	15.234
Após 2028	440.330
Total	<u>485.261</u>

13. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para a controlada e suas controladas, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Controladora:

Em relação à Controladora, abaixo é demonstrado o principal processo em andamento com probabilidade de perda possível:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Processos administrativos regulatórios	1.376	-
Total	<u>1.376</u>	<u>-</u>

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024, existem quatro autos de infração regulatórios classificados como perda possível, no montante de R\$1.376 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Controladas:

Em relação as controladoras, abaixo são demonstrados os principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Processos administrativos tributários	27	-
Processos cíveis	127.083	-
Processos administrativos regulatórios	694	-
Processos trabalhistas	99	-
Total	<u>127.903</u>	<u>-</u>

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Abaixo os principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

(A) Controladas (causas possíveis)

(i) Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, existe um processo cível classificados como perda possível, no montante de R\$135.818 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023), referente a um procedimento arbitral.¹

Processos administrativos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, existe um processo administrativo tributário classificado como perda possível, no montante de R\$3 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.

Processos administrativos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$6 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.

Processos administrativos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, existe um processo administrativo tributário classificado como perda possível, no montante de R\$3 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

(iv) Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.

Processos administrativos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, existe um processo administrativo tributário classificado como perda possível, no montante de R\$3 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

¹ Também estão envolvidas nesse caso a Janaúba XX Geração Solar Energia S.A., Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A., Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A., Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A e Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Abaixo os principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:--Continuação

(A) Controladas (causas possíveis)--Continuação

(v) Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A.

Processos administrativos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$6 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024, existe um auto de infração regulatório classificado como perda possível, no montante de R\$347 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

(vi) Janaúba XX Geração Solar Energia S.A

Processos administrativos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$6 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Processos administrativos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024, existe um auto de infração regulatório classificado como perda possível, no montante de R\$347 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque solar possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente pela taxa de desconto de 8,28% e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques solares, conforme estudo do mercado de energia solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	10.123	-
Adição	-	9.535
Atualização (nota 20)	885	588
Saldo final	<u>11.008</u>	<u>10.123</u>

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$826.875 (R\$866.308 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 826.874.882 (oitocentos e vinte se seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois) ações ordinárias, nominativas, com o valor de R\$1,00.

Deliberações do exercício de 2024:

- Em 19 de agosto de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$15.433, com a emissão de 15.432.942 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil e novecentos e quarenta e dois) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.
- Em 25 de janeiro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$24.000, com a emissão de 24.000.000 (vinte e quatro milhões) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada. Sendo R\$7.890 destinados a absorção de prejuízos e R\$16.100 para remuneração dos acionistas.

Dessa forma, perfazendo o total de R\$39.433 como redução de capital no exercício de 2024, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimentos da Companhia. Sendo R\$31.543 em caixa para remuneração dos acionistas e R\$7.890 por absorção dos prejuízos.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Deliberações do exercício de 2023:

- Em 29 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$20.946, com a emissão de 20.946.181 (vinte milhões, novecentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.
- Em 11 de dezembro de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital social no montante de R\$32.000, com o cancelamento de 32.000.000 (trinta e dois milhões) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.
- Em 03 de agosto de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital social no montante de R\$81.089, com o cancelamento de 81.089.251 (oitenta e um milhões, oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e uma) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.
- Em 24 de julho de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$150, mediante capitalização dos instrumentos de adiantamento para futuro aumento de capital realizados ao longo do exercício de 2023, com a emissão de 150.000 (cento e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.
- Em 05 de maio de 2023, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital social no montante de R\$131.000, com o cancelamento de 131.000.000 (cento e trinta e uma milhões) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada.

Dessa forma, perfazendo o total de R\$244.089 como redução de capital e R\$21.096 como aumento de capital no exercício de 2023, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimentos da Companhia.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva Legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto do artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.730	(8.152)
Constituição da reserva legal 5% (*)	(337)	-
Lucro líquido ajustado		-
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(1.767)	-
Constituição de reserva de lucros	(4.626)	-
Lucro líquido do exercício a destinar	-	-

c) Prejuízo acumulado

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de “prejuízos acumulados” e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante dos prejuízos acumulados de R\$7.890 em 31 de dezembro de 2023, foi totalmente absorvido pelo resultado do exercício.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Participação dos acionistas não controladores

2024:

Empresa	Participação do não controlador	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido	Participação de não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Janaúba XIX Geração Solar Energia	10,00%	137.150	(3.331)	13.715	(333)
Janaúba XX Geração Solar Energia	10,00%	137.585	(3.883)	13.759	(388)
				<u>27.474</u>	<u>(721)</u>

2023:

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Janaúba XIX Geração Solar Energia	10,00%	143.981	(851)	14.398	(85)
Janaúba XX Geração Solar Energia S.A.	10,00%	144.968	166	14.497	17
				<u>28.895</u>	<u>(68)</u>

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2024	2023
<u>Receita operacional bruta</u>		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Receita com contratos de autoprodução de energia	80.403	-
Venda de energia elétrica	12.255	6.225
Venda de energia elétrica – partes relacionadas (nota 23)	68.879	99.043
Resultado com MRE/CCEE (*)	1.445	2.534
	162.982	107.802
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
ICMS	-	(9)
PIS	(974)	(604)
COFINS	(4.493)	(2.790)
	(5.467)	(3.403)
Receita operacional líquida	157.515	104.399

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custo de geração de energia e despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de geração de energia				
Compra de energia – partes relacionadas (nota 23)	-	-	(3.372)	(6.414)
Royalties ANEEL	-	-	(13.407)	(20.842)
	-	-	(16.779)	(27.256)
Custo com operação				
Impostos, licenças e taxas	-	-	(21)	(18)
Viagens	-	-	(182)	(120)
Serviços de terceiros	-	-	(875)	(107)
Seguros	-	-	(2.402)	(2.432)
Pessoal	-	-	(53)	(36)
Depreciação do imobilizado e amortização ativo direito de uso	-	-	(65.713)	(50.139)
Promoção e publicidade	-	-	(102)	(80)
MRE/CCEE	-	-	(7.989)	(4.321)
Serviços de O&M (nota 23)	-	-	(1.276)	(1)
	-	-	(78.613)	(57.254)
Total do custo de geração de energia	-	-	(95.392)	(84.510)
Despesas administrativas e gerais				
Viagens		-	-	(14)
Serviços de terceiros	(151)	(179)	(1.361)	(221)
Impostos, licenças e taxas	(7)	-	-	-
Pessoal	(5)	-	-	(5)
Serviços de administração – partes relacionadas (nota 23)	-	-	(2.328)	(1.763)
Promoção e publicidade	(27)	(42)	(59)	(83)
Outros	(25)	-	-	(1)
Total das despesas administrativas e gerais	(215)	(221)	(3.748)	(2.087)
Total	(215)	(221)	(99.140)	(86.597)

19. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Multas e juros sobre tributos	(6)	-	(21)	(116)
Estorno atualização monetária (nota 6)	(4.234)	-	(4.234)	-
Impostos estaduais e federais	-	-	-	(488)
Outros	-	37	740	37
Total	(4.240)	37	(3.515)	(567)

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1.974	1.514	8.627	17.255
Atualização monetária - venda de participação (nota 6)	3.138	6.205	3.138	6.205
	5.112	7.719	11.765	23.460
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos (nota 12)	-	-	(45.363)	(30.948)
Juros sobre arrendamento (nota 10)	-	-	(1.866)	(2.010)
Despesas com letras de crédito	-	(88)	(3.813)	(3.257)
Multas e encargos financeiros	-	-	(760)	(35)
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização (nota 14)	-	-	(885)	(588)
Imposto sobre operações financeiras (IOF) – Mútuo (nota 12)	-	(159)	-	(159)
Imposto sobre operações financeiras (IOF) - Outros	(254)	(398)	(299)	(1.054)
Despesas com juros e descontos concedidos	-	-	(128)	(3)
	(254)	(645)	(53.114)	(38.054)
Resultado financeiro	4.858	7.074	(41.349)	(14.594)

21. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<u>Corrente</u>				
Imposto de renda	(77)	(1.698)	(5.040)	(7.675)
Contribuição social	(36)	(621)	(2.462)	(3.223)
Total com imposto de renda e contribuição social	(113)	(2.319)	(7.502)	(10.898)

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição	6.843	(5.833)	13.511	2.641
% do imposto (*)	34%	34%	34%	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	(2.327)	1.983	(4.594)	(898)
Adições e exclusões:				
Diferencial tributação do presumido	-	-	(2.932)	(10.000)
Equivalência patrimonial	2.190	(4.326)	-	-
Outros	24	24	24	-
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	(113)	(2.319)	(7.502)	(10.898)

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas encontram-se em fase de construção e seu seguro de Riscos de Engenharia, possui cobertura para o parque solar no montante de R\$723.246 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.256.671 em 31 de dezembro de 2023), com início em 22 de junho de 2024 e com sua vigência até 22 de junho de 2025

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

23. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

<u>Ativo</u>	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Contas a receber</u>					
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	-	-	-	7.178
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	121	121
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	212	-
Alex I Energia S.A.	(a)	-	-	337	-
Liga de Alumínios S.A. - LIASA	(a)	-	-	4.226	-
	(nota 6)	-	-	7.228	7.299
<u>Dividendos a receber</u>					
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(b)	64	-	-	-
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(b)	345	-	-	-
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(b)	197	-	-	-
		606	-	-	-
<u>Adiantamento para future aumento de capital</u>					
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(c)	1.400	-	-	-
		1.400	-	-	-
<u>Redução de capital</u>					
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.000	-	-	-
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(d)	1.000	-	-	-
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(d)	3.500	-	-	-
		8.500	-	-	-

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Transações com partes relacionadas--Continuação

<u>Passivo</u>	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<u>Redução de capital</u>					
Rio Casca Energética S.A.	(e)	19.544	-	19.544	-
Liga de Alumínios S.A. - LIASA		-	-	700	-
		19.544	-	20.244	-
<u>Contas a pagar</u>					
Rio Casca Energética S.A.	(f)	-	9.006	-	9.014
Elera Renováveis S.A.	(f)	-	-	624	376
Elera Renováveis Participações S.A.	(f)	-	-	-	71
Elera Gestão e Energia S.A.	(f)	-	-	1.350	-
Janaúba Holding S.A.	(f)	-	-	1.431	-
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(f)	-	-	137	-
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(f)	-	-	107	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(f)	-	-	265	-
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(f)	-	-	169	-
		-	9.006	4.083	9.461
	(nota 11)	19.544	9.006	24.327	9.461
<u>Dividendos a pagar</u>					
Rio Casca Energética S.A.	(g)	1.849	82	1.849	82
		1.849	82	1.849	82
<u>Resultado</u>					
<u>Receita</u>					
Brookfield Gestão e Energia S.A.	(h)	-	-	30.915	65.231
Liga de Alumínios S.A. - LIASA	(h)	-	-	37.514	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	71	-
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	93	-
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	65	-
Outros	(h)	-	-	221	33.812
	(nota 17)	-	-	68.879	99.043
<u>Compra de energia</u>					
Brookfield Gestão e Energia S.A..	(i)	-	-	(1.431)	(1.225)
Elera Renováveis S.A.	(i)	-	-	(91)	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(151)	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(158)	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	-	(1.425)
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	-	(1.153)
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(142)	(1.345)
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(i)	-	-	(1.398)	(1.266)
	(nota 18)	-	-	(3.372)	(6.414)
<u>Resultado ADM</u>					
Elera Renováveis S.A.	(j)	-	-	(2.328)	(1.763)
	(nota 18)	-	-	(2.328)	(1.763)
<u>Resultado O&M</u>					
Janaúba Holding S.A.	(k)	-	-	(1.276)	(1)
	(nota 18)	-	-	(1.276)	(1)

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) *Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;*
- (b) *Dividendos a receber de empresas investidas;*
- (c) *Adiantamento para futuro aumento de capital em empresas investidas;*
- (d) *Redução de capital a receber das investidas*
- (e) *Redução de capital a pagar ao acionistas*
- (f) *Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;*
- (g) *Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia;*
- (h) *Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;*
- (i) *Compra de energia elétrica entre empresas do grupo;*
- (j) *Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.*
- (k) *Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de O&M, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.*

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não há pessoal chave remunerado por meio da Companhia nos exercícios de 2024 e 2023.

24. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	92	-	92	511	-	511
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	52.772	52.772	-	-	-
Contas a receber	21.009	-	21.009	-	-	-
Partes relacionadas	8.500	-	8.500	-	-	-
Dividendos a receber	606	-	606	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	104	-	104	103	-	103
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.400	-	1.400	-	-	-
Contas a receber - venda de participação	21.313	-	21.313	29.988	-	29.988
	53.024	52.772	105.796	30.602	-	30.602

Ativos financeiros	Consolidado					
	2024			2023		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Conta corrente	837	-	837	13.831	-	13.831
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	107.977	107.977	-	55.544	55.544
Contas a receber	97.030	-	97.030	12.410	-	12.410
Contas a receber - venda de participação	21.313	-	21.313	29.988	-	29.988
Adiantamentos a fornecedores	4.432	-	4.432	166	-	166
Depósitos judiciais	94	-	94	-	-	-
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	-	15.800	15.800	-	14.961	14.961
	123.706	123.777	247.483	56.395	70.505	126.900

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2024	2023
	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Contas a pagar	85.869	9.061
Dividendos a pagar	1.849	82
	87.718	9.143

	Consolidado	
	2024	2023
	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Contas a pagar	132.700	59.203
Arrendamento	25.050	25.779
Empréstimos e financiamentos	499.981	488.399
Dividendos a pagar	1.849	82
	659.580	573.463

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2024	2023
Aplicações financeiras	107.977	55.544
Depósitos restituíveis (caixa restrito)	15.800	14.961

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas da Companhia possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas da Companhia efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco de geração*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita das controladas da Companhia.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, as controladas da Companhia deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

Santo Afonso Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A controladas da Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas às controladas da Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para as controladas da Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

* * *